

Chaminés simbólicas e conjuntos indissociáveis: a integridade nos tombamentos de núcleos fabris

Paula Aragão de Souza

Virgínia Pontual

Universidade Federal de Pernambuco

Resumen

La lectura de iniciativas dirigidas a salvaguardar los remanentes del proceso de industrialización en algunos países, incluido Brasil, apunta a diferentes propuestas de reconocimiento de los llamados núcleos fabriles. La noción de integridad ha sido adoptada como un importante criterio a ser considerado tanto en los procesos de evaluación e identificación de bienes como en la gestión de su conservación. El objetivo de este artículo es mostrar que la integridad, aunque fundamentada en una teoría, adquiere contenidos diversos cuando se aplica. De antemano, la noción de integridad aquí analizada es la de la UNESCO (2005: 22): “la medida del carácter completo e intacto del patrimonio natural y/o cultural y de sus atributos”. Para la reflexión del concepto de integridad de bienes industriales, se procede a una comparación de dos procesos de protección del patrimonio histórico-cultural: (i) el caso del Conjunto Arquitectónico y Paisajístico de la Vila Obrera, Fábrica de Tejidos de Marzagão y Vila Elisa, ubicado en Minas Gerais; y (ii) el de las Chimeneas de las Fábricas Arthur y Aurora, de la Casa de la Administración y del Crucero, situados en Pernambuco. El resultado de la investigación permite la identificación de los atributos y de los significados de ambos bienes industriales. Es posible, a partir del análisis de estos casos, evidenciar los entendimientos diversos sobre las ideas de modo de vida y de relación social aún testimoniada por los antiguos núcleos fabriles. Como conclusión, se hacen algunas breves consideraciones sobre la noción de integridad, sobre las percepciones de integridad del bien por parte de los diferentes actores involucrados en los procesos de protección del patrimonio histórico-cultural y sobre la valorización y, al mismo tiempo, destrucción inmobiliaria de los territorios ocupados por remanentes industriales.

Palabras clave: núcleos fabriles, integridad, patrimonio industrial.

Abstract

Investigations into some of the initiatives aimed at safeguarding remnants of the industrialization process, in certain countries including Brazil, have indicated some of the different proposals for recognizing manufacturing centers. On the other hand, the concept of integrity has been adopted as an important criterion in the processes of evaluating and identifying assets, as well as for managing the conservation of those already recognized. Thus, the purpose of this paper is to show that integrity is supported in theory that when applied acquires diverse content. In the present paper, this notion is understood as “a measure of the wholeness and intactness of the natural and/or cultural heritage and its attributes.” (UNESCO, 2005: p. 22). In order to reflect on the integrity of industrial patrimony, a comparison was undertaken involving two case studies of state preservation orders, namely: i) the Marzagão and Vila Elisa Textile Factories in the Architectural and Landscape Unit of Vila Operária, located in the state of Minas Gerais and ii) the Chimneys of the Arthur and Aurora Factory, on the Administration and Cruzeiro Houses, located in the state of Pernambuco. The results of the investigation, and the interpretations and comparisons of texts, maps and photographs, at various moments in time, have enabled us to identify the attributes and significance of both industrial patrimonies, i.e., various forms of evidence have allowed us to understand the way of life and the kind of social relationships witnessed by these manufacturing centers. The outcome has also allowed us to formulate considerations on the concept of integrity, as well as perceptions of integrity of the property through the different actors involved in the processes of preservation and the real estate valorization of the land occupied by industrial remnants and of the destructions it promotes.

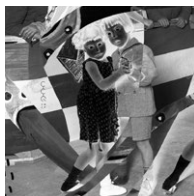
Keywords: manufacturing centers, integrity, industrial patrimony.

Fecha de recepción:

11 de abril de 2017.

Fecha de aceptación:

6 de julio de 2017.



Resumo

A leitura de iniciativas voltadas à salvaguarda de remanescentes do processo de industrialização em alguns países, incluindo o Brasil, aponta para diferentes propostas de reconhecimento dos chamados núcleos fabris. A noção de integridade tem sido adotada como um importante critério a ser considerado tanto nos processos de avaliação e identificação de bens quanto na gestão de sua conservação. O objetivo deste artigo é mostrar que a integridade, apesar de fundamentada em uma teoria, adquire conteúdos diversos quando aplicada. De antemão, a noção de integridade aqui analisada é aquela da Unesco (2005:22): “a medida do caráter completo e intacto do patrimônio natural e/ou cultural e de seus atributos”. Para a reflexão do conceito de integridade de bens industriais, procedeu-se a uma comparação de dois tombamentos estaduais: (i) o caso do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, Fábrica de Tecidos de Marzagão e Vila Elisa, localizado em Minas Gerais; e (ii) o das Chaminés das Fábricas Arthur e Aurora, da Casa da Administração e do Cruzeiro, situados em Pernambuco. O resultado da pesquisa permite a identificação dos atributos e dos significados de ambos os bens industriais. É possível, a partir da análise dos casos, evidenciar os entendimentos diversos sobre as ideias de modo de vida e de relação social ainda testemunhada pelos antigos núcleos fabris. Como conclusão, são feitas algumas breves considerações sobre a noção de integridade, sobre as percepções de integridade do bem por parte dos diferentes atores envolvidos nos processos de tombamento e sobre a valorização e, ao mesmo tempo, destruição imobiliária dos territórios ocupados por remanescentes industriais.

Palavras-chave: núcleos fabris, integridade, patrimônio industrial.

Introdução

Desenvolvida, inicialmente, na Europa, mas, em seguida, disseminada em outros países, a Revolução Industrial teve repercussões na construção de cidades, equipamentos e estruturas que visavam a atender às atividades produtivas, como fábricas, casas para operários, canais fluviais, pontes, diques, aquedutos, estradas, estações ferroviárias, viadutos, sítios.

A construção de núcleos fabris data do final do século XVIII, tendo uma fase de difusão ao longo do século XIX. Por último, a partir das décadas finais do século XX tais núcleos sofreram um processo de desmonte. Nesse período, também houve a emergência de um maior interesse em salvar guardar remanescentes dessa indústria.

Alguns autores (Blay, 1985; Correia, 1998, 1997, 2011; Giroletti, 2002; Lopes, 1988; Rykwert, 2004; Stein, 1979), ao abordar a temática da emergência da industrialização, embora de diferentes perspectivas, sublinham, em comum, que a prática de construção desses núcleos fabris foi uma resposta dos industriais às necessidades de associar o processo produtivo à ideia do meio como formador do homem.

Por sua vez, a leitura de iniciativas de salvaguarda de remanescentes do processo de industrialização de alguns países aponta para diferentes propostas de reconhecimento dos núcleos fabris, vilas operárias e cidades de companhia, ora contemplando edificações isoladas presentes nesses assentamentos, ora reconhecendo territórios inteiros como bens patrimoniais.

Ainda no final da década de 1970, a conservação dos remanescentes da industrialização passou a ser discutida no âmbito internacional da conservação do patrimônio cultural. Em 1978, foi fundado o *International Committee for Conservation of the Industrial Heritage* (TICCIH) em Estocolmo, com a participação de mais de 40 países. Essa organização tinha como objetivos principais a preservação, conservação, investigação, documentação, pesquisa e interpretação dos vestígios industriais.

Em 2003, o TICCIH promoveu um encontro de especialistas em conservação do patrimônio industrial. Como resultado, foi elaborada a Carta de Nizgny Tagil, relevante documento cujas contribuições compilam décadas de discussão sobre o tema, além de indicar os valores desse tipo de bem. Os especialistas reunidos no encontro definiram patrimônio industrial como “[...] vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico” (Ticcih, 2003). Entre esses vestígios, foram identificados lugares ligados à constituição de núcleos fabris, como os “locais de habitação, de culto ou de educação” (Ticcih, 2003).

Oito anos após a elaboração da Carta de Nizgny Tagil, o TICCIH, em conjunto com o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), produziu outro documento, dessa vez, com a formulação de alguns princípios para a conservação do patrimônio industrial. Nele, foi apresentada uma compreensão mais abrangente dos remanescentes do processo de industrialização. Ou seja, além da relevância dos vestígios materiais, foi destacada a dimensão intangível desse patrimônio, levando em conta as práticas, memórias e vida dos antigos trabalhadores e de suas comunidades.

Os estudos acadêmicos e as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de salvaguarda do patrimônio cultural, especificamente aqueles que se referem aos remanescentes industriais, também já demonstram uma ampliação na compreensão do que pode

ser considerado como bem industrial, havendo a inclusão, em suas definições, de categorias como sítios, conjuntos e paisagens. É aqui que se inserem os chamados “núcleos fabris”, “cidades de companhia” e “vilas operárias”, todos vistos, hoje, como bens que devem ser conservados. Para Bergeron (2001), por exemplo, os núcleos fabris são testemunhos de um modo de vida, de um tipo de relação social presente em fases, formas ou locais em que ocorreram processos de industrialização.

Para o presente estudo, foi realizado um levantamento dos tombamentos de bens industriais feitos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e por instituições estaduais brasileiras responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. Esse exercício analítico mostrou que, na maior parte dos casos, apenas edificações isoladas foram abarcadas pelos tombamentos. De fato, são poucos os exemplos de bens industriais tombados em que há o reconhecimento do conjunto dos atributos histórico, urbano e arquitetônico dos núcleos fabris. Diante disso, é possível questionar: quais entendimentos acerca do que vem a ser um núcleo fabril concorreram para o reconhecimento ou o não reconhecimento dos diferentes atributos que os compõem? Ou ainda: o que leva ao reconhecimento dos núcleos fabris como conjuntos em alguns casos ou, do contrário, o não reconhecimento de tal aspecto em outras situações?

Considerando tais pontos, este artigo parte da ideia de que as diferentes propostas de reconhecimento dos remanescentes industriais, em especial dos núcleos fabris, estão relacionadas a diversos entendimentos de sua integridade por parte dos profissionais que participam das instruções de tombamento. Em outras palavras, ele verifica as compreensões da noção de integridade observadas nas instruções de tombamentos em áreas de núcleos fabris.

A noção de integridade, em sua relação com a ideia de completude e inteireza, vem sendo pensada pelos especialistas desde 1964,¹ quando foi escrita a Carta de Veneza (ICOMOS, 1964).¹ A partir de 2005, as Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial, da UNESCO, determinaram a necessidade de avaliação da integridade para a inscrição de bens culturais na lista de patrimônios da humanidade. Essa prerrogativa veio acompanhada de uma definição do termo, qual seja: “a medida do caráter completo e intacto do patrimônio natural e/ou cultural e de seus atributos” (UNESCO, 2005:22). Essa noção tem sido adotada para avaliar e identificar bens como patrimônio natural e cultural, assim como para a gestão da conservação dos patrimônios já reconhecidos. Além da conceituação, no documento das diretrizes, também constam prescrições relevantes para considerar a integridade de bens naturais e culturais. No primeiro caso, é posto em destaque que os processos físico-biológicos e as características da paisagem devem estar relativamente íntegros. Quanto ao segundo caso, o documento especifica que o tecido físico do bem e/ou suas características significativas devem estar em boas condições e que uma porção significativa dos elementos necessários para expressar a totalidade dos valores que lhe foram anteriormente conferidos devem permanecer ainda presentes (UNESCO, 2005:22). Após a publicação dessa versão do texto das Diretrizes Operacionais, Jokilehto (2006, 2007) fez alguns apontamentos importantes sobre a noção de integridade aplicada aos bens culturais. Entre outros aspectos, ele assinalou que a integridade dos bens culturais

seria conformada por atributos² que devem estar presentes em suas dimensões sociofuncional, estrutural e visual.³

Dito isso, aqui a integridade é compreendida como o estado de completude de certo bem, seu caráter de algo ainda intacto, sempre tendo em conta os atributos que o caracterizam e os significados que lhe são reportados quando de seu reconhecimento como patrimônio cultural.

Para uma reflexão específica da condição de integridade de bens industriais, é feita, neste artigo, uma comparação de dois estudos de caso de tombamentos estaduais: (i) o do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, da Fábrica de Tecidos de Marzagão e da Vila Elisa, localizados no distrito de Carvalho de Brito, no município de Sabará, Minas Gerais; e (ii) o das Chaminés das Fábricas Arthur e Aurora, da Casa da Administração e do Cruzeiro, no município de Paulista, em Pernambuco.

A escolha desses casos baseou-se em procedimentos e critérios previamente definidos, tais como: (i) seleção de remanescentes de núcleos fabris que estivessem sob proteção do instrumento de tombamento; (ii) singularidade e exemplaridade em relação ao reconhecimento de seus atributos. Por conseguinte, fez-se a escolha de um bem tombado que salvaguardasse um elemento muito específico, como chaminés, e de outro que contemplasse no tombamento um conjunto arquitetônico e paisagístico. Durante a pesquisa, foram consultados proces-

2 Neste trabalho, entende-se o termo *atributo* como uma característica, qualitativa ou quantitativa, dada a um objeto ou bem patrimonial.

3 Em relação à dimensão sociofuncional da integridade, Jokilehto (2006:14) destaca a relevância das funções e dos processos nos quais o desenvolvimento do sítio se baseia, tanto para a manutenção dos aspectos formais da arquitetura das edificações quanto para o inter-relacionamento dos elementos das estruturas que configuram um sítio. Referente à dimensão estrutural, ele afirma que esta é conformada por elementos físicos que registram as funções e os processos ocorridos em um sítio ao longo do tempo. Para a dimensão visual, ressalta as características visualmente relevantes para a condição histórica do bem, levando em consideração o contexto no qual ele está envolvido.

1 A Carta de Veneza trata da conservação e restauração de monumentos e sítios. Sua principal contribuição reside no alargamento do entendimento do tipo de objeto a ser salvaguardado: não só o momento histórico, mas também os sítios urbano e/ou rural e obras modestas.

sos de tombamento, além de ter sido realizado o levantamento documental de acervos sobre a história de construção de núcleos fabris em Minas Gerais e Pernambuco.⁴ Os processos de tombamento possuem dossiês constituídos de documentos oficiais, bem como de recortes de jornais, cartas, fotos, plantas, desenhos, informações de livros e folhetos etc. Por abarcar essa extensa gama de materiais, os dossiês são valiosas fontes de pesquisa.

Ainda em relação à investigação, ressalte-se que, após a verificação e correlação das fontes documentais, a fim de esclarecer certas lacunas, foi necessário realizar entrevistas com alguns especialistas envolvidos nos processos de tombamento. A interpretação das fontes permitiu a identificação dos atributos e dos significados de ambos os bens industriais examinados. Esses procedimentos metodológicos foram complementados pela comparação dos processos técnicos de reconhecimento, a qual demonstrou que diferentes atributos foram considerados nas avaliações e que existiram entendimentos diversos sobre modo de vida e sobre o tipo de relação social testemunhado pelos núcleos fabris.

1. O conjunto indissociável: a integridade no tombamento do núcleo fabril da Companhia Fiação e Tecidos de Minas Gerais

A ocupação industrial do distrito de Marzagânia — atual Carvalho de Brito —, vinculado ao município de Sabará, em Minas Gerais, iniciou-se por volta de 1878, época em que, por iniciativa de um grupo de sabaraenses, tendo à frente Cândido Guimarães, foi fundada a Companhia Fiação e Tecidos de Minas Gerais (Gontijo, 2000). Concomitantemente, foi construída a Fábrica de Tecidos Marzagão, em uma localidade situada entre os centros urbanos dos municípios de Sabará e Belo Horizonte.

Em 1933, a revista mineira *Bello Horizonte* publicou uma matéria intitulada “O parque industrial de Marzagão, uma grande usina de trabalho: a actividade do Dr. Carvalho Britto como homem de negócios”. Nela, dizia-se que, a exemplo de outros empreendimentos industriais nacionais, em Marzagão também fora promovida a construção de um pequeno núcleo fabril, visando a fixar e a controlar os futuros operários.

Apesar da inexistência de uma precisão acerca da época de construção do núcleo, a partir da qual seria possível revelar detalhes sobre sua formação urbana, pôde-se, por meio do confronto do acervo documental, identificar alguns de seus atributos, entre os quais a ferrovia, a plataforma da estação, a casa do chefe da estação, a fábrica, o armazém, o depósito de algodão, a igreja, a escola, o refeitório, o escritório e almoxarifado da fábrica, a casa do encarregado da fábrica, as casas — térreas e em sobrados — dos operários, a chaminé, a malha urbana, a ponte e a Vila Elisa, constituída pela casa dos Carvalho Brito (Figura 1).

O processo de desmonte desse núcleo foi iniciado por volta da década de 1950, em decorrência da crise financeira que impossibilitou a realização de investimentos em modernização do maquinário usado na a produção de tecidos.

As fontes documentais consultadas permitem dizer que o núcleo fabril de Marzagão apresentava muitos dos atributos comuns a outros núcleos, como trabalho industrial, casas para operários e atividades associadas ao lazer, à educação e à religião. Além disso, foram identificados atributos específicos, quais sejam: isolamento, diversidade de tipos construtivos, fábrica como a edificação mais imponente e relevo do entorno vegetado.

Ao longo de sua trajetória, isto é, do período de implantação da fábrica até o seu desmonte, foi possível observar a permanência de alguns atributos que compunham seu estado de inteireza. Entre

4 No final deste artigo, encontra-se a relação dos acervos consultados.

quieteta.⁶ Nele, consta a identificação do bem com seus atributos histórico, urbano e arquitetônico. Na parte dedicada à história do local, dá-se destaque ao fato de que a construção de núcleos fabris funcionava como uma condição *sine qua non* para a implantação da industrialização no estado mineiro, uma vez que eles eram compreendidos como um modo de manter a dominação dos proprietários sobre o cotidiano dos operários. O relatório também afirma que o assentamento da indústria conformava um conjunto que expressava, a partir de suas estruturas físicas e materiais, a “memória da indústria têxtil”.

Os atributos remanescentes considerados relevantes para a integridade do núcleo foram: sua disposição em relação ao relevo; estrutura viária; diversidade de tipos construtivos e estilos arquitetônicos. Essa diversidade traz aspectos representativos do período de transição dos esquemas de produção rural e industrial, algo comum nos primeiros estabelecimentos industriais de Minas Gerais. Tal detalhe é citado no seguinte trecho do relatório avaliativo: “no aspecto arquitetônico, com a convivência de sistemas formais e construtivos, foram adotados esquemas do período colonial sobreviventes no imperial ao lado de soluções ecléticas representativas da modernidade republicana” (IEPHA/MG, 2001:12).

A evidência das edificações ainda presentes e também dos “vazios” deixados pelas destruições de alguns edifícios foram considerados como atributos visuais relevantes. Foram igualmente destacadas “a qualidade arquitetônica do edifício do escritório (casa-sede), do conjunto da rua da fábrica e da Vila Elisa, e a beleza cênica da vila inserida entre os morros e o rio”.

Ao analisar os atributos do sítio natural e da malha urbana e o conjunto das edificações, os profissionais responsáveis pela elaboração do referido documento apresentaram um argumento-chave para o tombamento do núcleo fabril: sua “importância paisagística” e a conformação de um “conjunto indissociável”. A indissociabilidade do conjunto edificado e do sítio de implantação foi ratificada no relatório por meio de um registro fotográfico: 25 imagens põem em evidência o conjunto edificado, as edificações isoladas e o entorno.

No final do relatório, há uma descrição do perímetro de tombamento do bem, acompanhada de uma planta com a imagem da localidade e o desenho do polígono de tombamento (Figura 2). A partir dessa planta, é possível notar que a delimitação da área tombada refletiu o entendimento do bem como um “conjunto indissociável”, embora, no âmbito do conjunto, houvesse uma exceção: a Vila Elisa e a capela existente em suas proximidades foram classificadas como edificações isoladas, exteriores à área do perímetro delimitado.

O relatório foi o documento que serviu de base para que os conselheiros do IEPHA/MG presentes na Terceira Reunião Extraordinária do Conselho Curador do IEPHA/MG⁷ deliberassem a favor do tombamento definitivo do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Vila Operária, Fábrica de Tecidos de Marzagão e da Vila Elisa. Decisão que se pautou, sobretudo, no reconhecimento da existência em tal localidade de um “conjunto indissociável”.

6 O historiador e a arquiteta responsáveis pelas análises históricas, arquitetônicas, urbanísticas e pelo parecer final foram, respectivamente, Carlos Henrique Rangel e Selma Melo Miranda. O registro fotográfico foi feito por Ronaldo Teixeira da Silva.

7 As informações sobre essa reunião foram colhidas na “Ata da Terceira Reunião Extraordinária do Conselho IEPHA/MG”, 26 de outubro de 2004.

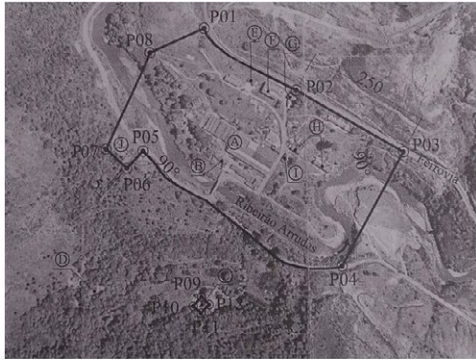


Figura 2. Planta do Perímetro de Proteção

Na legenda dessa planta, são indicados os edifícios contidos no perímetro: (A) Antiga Fábrica, (B) Antigo escritório da Companhia, (C) Vila Elisa, D- Capela, (E) Igreja do Sagrado Coração de Jesus, (F) Antigo depósito de algodão, (G) Antiga casa do chefe da estação, (H) Antigos sobrados, (I) Antigas residências, (J) Conjunto de residências isoladas. Fonte: IEPHA/MG, 2007, p. 8.

2. As chaminés simbólicas: a integridade no tombamento do núcleo fabril da Companhia de Tecidos Paulista

A primeira unidade fabril da Companhia de Tecidos Paulista (CTP), a Fábrica Arthur, também conhecida como “Fábrica Velha”, foi construída nas terras do antigo engenho do Paulista, localidade que, na época, era denominada “Paratibe de Baixo”. Essa fábrica, no começo ligada à firma Rodrigues Lima e Companhia, passou a pertencer ao sueco Herman Theodor Lundgren em 1904 (Companhia de Tecidos Paulista, 1956: 60).⁸

A trajetória da CTP sob a administração da família Lundgren, inicialmente tendo a direção do patriarca Herman T. Lundgren e, posteriormente, de

seus filhos Frederico e Arthur, tem sido associada a um período de ampliação do parque fabril e a certo apogeu econômico. Com efeito, entre as décadas de 1930 e 1950, a CTP era considerada a maior fábrica no ramo de tecidos no Brasil (LOPES, 1988).

A partir da década de 1950, transformações nos processos produtivos industriais em todo o país, aliadas a ações de fatiamento do território empreendidas pela própria companhia, deflagram o desmonte do núcleo. De acordo com Correia (1997), em 1983, ano do fechamento das duas fábricas da companhia, o desmonte já estava bastante acelerado.

O acervo documental consultado permitiu observar que o núcleo edificado pela CTP, tal como os demais construídos no Brasil, tinha como função atrair, fixar e controlar o operariado necessário na operacionalização das atividades industriais. Em torno dessa função principal, diferentes usos e atividades também eram mobilizados e executados, como o lazer, com a promoção de práticas esportivas como voleibol e o futebol, assim como a oferta de serviços de saúde, educação e religião. Essa diversidade de atividades e usos marcaram a configuração estrutural do núcleo.

A análise comparativa das Figuras 3 e 4 revela os atributos do núcleo fabril da Companhia de Tecidos Paulista que permaneceram até 1980, quais sejam: a Fábrica Aurora e suas chaminés; a Fábrica Arthur; o Casarão e Jardins dos Lundgren; a Praça 10 de Novembro; a Policlínica Ana Elizabeth Lundgren; o Clube dos Empregados e Operários; o Armazém de algodão; a Igreja de Santa Izabel; os Edifícios da administração da fábrica; a Malha Urbana, especialmente a rua da Matinha e a rua dos Chalés; os diversos conjuntos de casas para os operários, com destaque para o conjunto designado como Nobre.

As Figuras 3 e 4, associadas a outros documentos bibliográficos, demonstram, ainda, que, desde o período inicial de implantação do núcleo fabril

⁸ A CTP não foi o primeiro investimento no ramo industrial de Herman T. Lundgren. Em 1861, ele já havia fundado a primeira fábrica de pólvora do Brasil, a Pernambuco Power Factory S/A, no município do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, como o próprio nome já diz (Lewis, 2005: 145). Vale destacar que tal empreendimento também originou um núcleo fabril.

da CTP, foi sendo constituída uma malha urbana mista (trechos ortogonais e trechos sinuosos), dispersa, com grandes dimensões e baixa densidade construtiva. A diversidade de tipos construtivos e estilos arquitetônicos —seja na construção de casas térreas geminadas e isoladas, destinadas aos operários e técnicos da companhia, seja na feitura da casa dos proprietários ou demais edificações— era um atributo marcante desse núcleo. Nas imagens, é possível ver também o atributo da Praça 10 de Novembro, atualmente Praça Agamenon Magalhães, localizada na área central, circundada por edifícios como a Igreja Santa Izabel, a Policlínica Ana Elizabeth e a entrada principal da fábrica Arthur.

Esses mesmos registros documentais permitem verificar o destaque que as chaminés ganham no contexto das edificações existentes, um aspecto preponderante em razão de sua maior verticalidade em relação ao restante do conjunto construído (Figura 4). É necessário também frisar que o núcleo fabril da CTP contou com um pequeno porto, de aproximadamente 1 km de extensão, às margens do rio Timbó, construído por maquinário proceden-

te da Inglaterra. Segundo informações da prefeitura municipal, esse era o “Porto Arthur”, o qual era utilizado principalmente para receber mercadorias (Prefeitura da Cidade de Paulista, 2008). Esse porto e as Fábricas Arthur e Aurora foram desativados na década de 1980, sendo que suas estruturas físicas permaneceram inutilizadas até 2009 —a partir desse ano elas foram paulatinamente arruinadas e destruídas.

Com a pesquisa, foram observadas permanências de atributos não só nas estruturas físicas, mas também no emprego das edificações: uso residencial da antiga vila operária “Nobre”; uso religioso da Igreja de Santa Izabel; uso de lazer da Praça 10 de Novembro, atual Praça Agamenon Magalhães. Os atributos físicos do Clube dos Empregados e Operários e da Policlínica Ana Elizabeth se mantiveram, embora tenham tido mudanças na forma de uso. Foram conservadas, ainda, a malha urbana mista, a baixa densidade construtiva e a diversidade de tipos construtivos —apesar de esse último atributo ter sofrido alterações na arquitetura e ter apresentado acentuado estado de degradação.

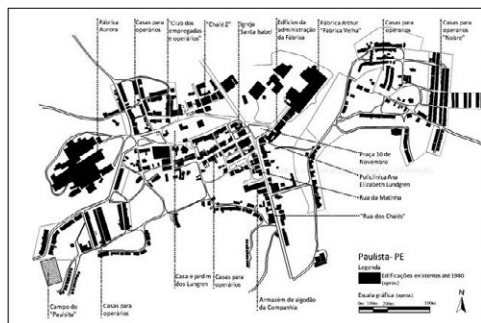


Figura 3. Núcleo Fabril da Companhia de Tecidos Paulista até 1980
Fonte: Mapa elaborado com base no levantamento das Vilas Operárias do Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (FIDEM, 1978) e no mapa da FIDEM (LOPES, 1996:263), sendo, ainda, complementado por informações obtidas a partir de uma pesquisa bibliográfica. Autoria: Paula Aragão de Souza, 2013.



Figura 4. Vista Aérea do Núcleo Fabril da CTP.
Fotografia retirada de um quadro com a imagem do núcleo fabril de Paulista nas primeiras décadas do século XX. Fonte: Acervo de Roberto Carneiro da Cunha.

Entretanto, cabe destacar que a mudança mais impactante adveio da construção da rodovia estadual PE-15, cortando o núcleo em duas áreas. Essa intervenção provocou a destruição de algumas edificações localizadas na entrada da Fábrica Arthur e a redução de uma parte de seu terreno. Ou seja, ela produziu uma ruptura estrutural e visual na continuidade existente entre a Fábrica Arthur e a Praça 10 de Novembro. Outras transformações ocorreram devido à construção de duas edificações: o Fórum de Paulista e a Faculdade Joaquim Nabuco. Essas edificações foram acrescidas ao núcleo, ocupando parte do terreno da fábrica; elas contribuíram para a redução do destaque visual do conjunto edificado e da chaminé. Também foi observado, na investigação, o aumento da densidade construtiva nos locais onde, antes, existiam as casas dos operários, situadas nas porções norte, leste e oeste do núcleo. Por último, no entorno da Igreja Santa Isabel e às margens da Rua dos Chalés (atual Avenida Marechal Floriano Peixoto), passou a existir a predominância do uso comercial e de serviços, com tipos construtivos diferenciados em comparação aos modelos preexistentes.

Desde o final da década de 1970, as casas dos antigos operários e os edifícios localizados no atual centro de Paulista foram reconhecidos como patrimônio cultural nos âmbitos municipal e estadual. Por exemplo, o reconhecimento das vilas operárias situadas nas proximidades da Fábrica Aurora (ao norte e ao sul) e da vila “Nobre” aparece no Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR), elaborado pela Secretaria de Planejamento do Governo do Estado em 1978, com apoio da Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM). Apesar de conferir completude aos remanescentes da CTP e assinalar seu caráter íntegro, tal plano considerou apenas parte das vilas operárias como objeto de valor histórico passível de salvaguarda.

Assim, as outras casas de operários, os diferentes equipamentos de assistência, como igreja, farmácia, policlínica e praça, e as próprias fábricas não foram compreendidos como um conjunto edificado, isto é, registro da memória do processo de industrialização do país e, em particular, do Estado de Pernambuco.

Outra iniciativa voltada para a salvaguarda dos remanescentes da CTP foi empreendida, em 2003, com a instituição da legislação municipal de uso e ocupação do solo, por meio do instrumento de Imóveis Especiais de Preservação (IEP). Três anos mais tarde, a Lei Nº 3.921/2006 apresentou os 20 imóveis que poderiam ser considerados IEP, sendo que seis deles haviam sido construídos pela família Lundgren e estavam localizados na área central do núcleo fabril: (i) o Casarão e Jardins dos Lundgren; (ii) a Igreja de Santa Isabel; (iii) as Chaminés da Fábrica Aurora; (iv) a Fábrica Arthur, englobando o cruzado, as chaminés e o prédio administrativo; (v) o antigo Clube dos Empregados e Operários, que, posteriormente, passou a funcionar como a primeira Loja de Tecidos Paulista; (vi) a antiga Policlínica de Saúde, abrigando posteriormente o INSS; e (vii) o antigo Chalé II, posteriormente usado pela Casa de Saúde e Maternidade. O conjunto do Casarão e Jardins dos Lundgren foi, ainda, objeto de um processo específico de tombamento, que resultou no seu reconhecimento como patrimônio histórico e artístico do Estado de Pernambuco, em 2002.⁹

Em 2010, foi iniciado o processo de tombamento estadual das três chaminés da Fábrica Aurora e da única chaminé da Fábrica Arthur, tendo como atores envolvidos a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNARPE), o Conselho Estadual de Cultura (CEC) e a Secretaria de Educação de Pernambuco (SEC). Esse processo

⁹ Esse tombamento corresponde ao Processo nº 0017/2002, disponível no acervo da FUNARPE.

ocorreu juntamente da elaboração e aprovação do projeto de um complexo comercial na área da antiga Fábrica Arthur e entorno, com a proposta de construção, no local, de um *shopping*, de um centro empresarial e de um hotel.

O projeto arquitetônico do shopping está anexo ao processo de tombamento. De sua análise, foi possível identificar que alguns edifícios da antiga Fábrica Arthur faziam parte do projeto. É interessante frisar, segundo as palavras de um dos sócios proprietários da empresa responsável pelo empreendimento,¹⁰ o Sr. Avelar Loureiro Filho, que a busca por uma viabilização desse projeto não era recente, já estava sendo, sim, negociada com a família Lundgren há, aproximadamente, 15 anos, a qual pretendia alcançar maiores rendimentos econômicos com a venda do terreno. A escolha desse local para a instalação de um empreendimento desse tipo e porte foi explicada pelo empreendedor, em uma matéria jornalística publicada à época do lançamento, do seguinte modo: a área apresentava atrativos relacionados à densidade populacional e a condições de mobilidade.

A análise do dossiê do referido processo de tombamento revela a relevância da atuação da família Lundgren na direção da CTP, sobretudo no que tange à implantação de processos produtivos inovadores na indústria têxtil em Pernambuco. Ela também demonstra que as instituições envolvidas no tombamento reconheceram que houve a construção de um “complexo fabril”, do qual, no período de escrita do documento, ainda existiam partes da malha urbana, da sede administrativa da Fábrica Arthur e do cruzeiro, porém, na proposta de tombamento, foram mantidas apenas as chaminés das Fábricas Aurora e Arthur, com a justificativa de que as demais instalações físicas se encontravam em

“processo de arruinamento”. O dossiê deixou registrado, igualmente, que as chaminés se apresentavam intactas, destacando-se na paisagem de Paulista como os elementos mais altos, os referenciais mais importantes da cidade. Essa caracterização das chaminés fica evidente neste trecho: “[...] aparentemente estáveis e íntegras, constituindo o testemunho vivo do período de apogeu da cidade em função de sua indústria têxtil, parecendo ‘sentinelas’ das áreas sob seu domínio” (FUNDARPE, 2010).

Consoante o entendimento da relevância das chaminés como um atributo visual remanescente do núcleo fabril, sua salvaguarda foi sugerida como a “principal alternativa” para a conservação de bens associados à CTP. Por meio do processo de tombamento, pode-se constatar que as chaminés foram consideradas como um atributo que expressa a relevância da CTP no período de apogeu do município de Paulista e, mais amplamente, de Pernambuco. No dia 13 de abril de 2010, a publicação feita pelo Conselho Estadual de Cultura no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, contemplando o tombamento das quatro chaminés das fábricas, confirmou a importância e as características especiais desses bens como “detentores de relevante expressão arquitetônica, histórica e paisagística”.

Conclusões

A análise das duas propostas de tombamento de núcleos fabris aqui apresentadas conduz à conclusão de que ambas foram, sim, orientadas segundo a identificação de atributos que objetivam apontar a integridade dos bens, sendo que esta adquire, na prática, conteúdos diversos. Ficou claro que a teoria sobre integridade sofre mediações quando passa a ser aplicada por instituições e atores sociais que têm diferentes perspectivas e estão inseridos em contextos sociopolíticos distintos.

10 A construtora responsável pelo empreendimento foi a ACLF Empreendimentos.

Nesse sentido, o processo de tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Fábrica de Tecidos de Mazagão foi orientado pelo saber do campo da história urbana. A adoção desse saber contribuiu para a ampliação da compreensão do bem analisado, principalmente por considerá-lo como registro e memória do processo de industrialização brasileiro, com atributos históricos, urbanos e arquitetônicos integros. Já o tombamento das chaminés das Fábricas Arthur e Aurora mostrou que as diferentes valorações acerca do que seriam os aspectos “completo” e “intacto” para os profissionais dos diferentes órgãos estaduais de preservação pernambucanos levaram à desconsideração de elementos que ainda podiam ser capazes de expressar significados relevantes para a conservação dos remanescentes industriais.

A partir da compreensão das trajetórias, dos atributos presentes nos núcleos, dos olhares dos atores envolvidos, dos dossiês constituídos para os processos de tombamentos, das entrevistas realizadas com os especialistas, enfim, de todas as fontes documentais utilizadas neste trabalho, é possível fazer algumas considerações de ordem teórica e empírica:

(i) A noção de integridade no campo da conservação patrimonial foi entendida e aplicada diversamente por parte dos órgãos mineiro e pernambucano responsáveis pela conservação do patrimônio cultural. O estudo de outros processos de tombamento do patrimônio industrial deve permitir uma avaliação mais geral sobre o entendimento dessa noção no Brasil. Tendo isso em mente, os procedimentos metodológicos aplicados nesta pesquisa para a avaliação da noção de integridade representam já uma contribuição para o campo do patrimônio.

(ii) As percepções da integridade do bem pelos diferentes atores envolvidos nos processos de tombamento, como os conselheiros dos órgãos estaduais, os técnicos, os pesquisadores, os proprietários, os

moradores e os investidores, indicam que há uma diferenciação de acordo com a posição que cada um deles ocupa no campo ou nas interações. As posições técnicas e acadêmicas tendem a seguir conceitos e métodos de identificação para emitir pareceres, enquanto conselheiros, proprietários e investidores são orientados pela observância de interesses econômicos imediatistas. Por fim, os moradores costumam ter uma visão que mescla sentimento de pertencimento e busca por atendimento de suas necessidades básicas.

(iii) A valorização imobiliária dos territórios ocupados por remanescentes industriais e as destruições por ela suscitadas devem ser incluídas como um componente de depreciação da salvaguarda nos processos de tombamento, já que, quando o valor econômico entra no jogo, ele tende a ter preponderância sobre os demais. Uma revisão das primeiras iniciativas de preservação de bens associados ao processo industrial em outros países também indica que a valorização imobiliária, concomitante à destruição do bem cultural, é uma das principais motivações para se iniciar a conservação dos remanescentes da indústria. A produção bibliográfica também assinala a existência de conflitos entre valorização imobiliária e permanência de integridade de bens culturais. Tendo como fundamento os casos analisados, é permitido afirmar que esse tipo de conflito pode ser melhor equacionado mediante instituições de salvaguarda com maior poder de decisão e autonomia e com maior disponibilidade de recursos humanos e financeiros.

Para finalizar, cabe acentuar que o desejo de compreender ideias, práticas e experiências de salvaguarda do patrimônio industrial é também, como diria Bergeron (2001), o desejo de manter o testemunho de um modo de vida ou de um tipo de relação social que não deve ser esquecido.

Acervos Consultados

—Em Pernambuco: Arquivo e biblioteca da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE); Acervo de fotografias de José Benigno do Amaral, em Paulista; Acervo da Secretaria de Turismo, Cultura, Desportos e Juventude da Prefeitura de Paulista; Acervo de Roberto Carneiro da Cunha; Acervo da Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente da Prefeitura de Paulista; Bibliotecas da Universidade Federal de Pernambuco; Biblioteca Central Blanche Knopf —Fundação Joaquim Nabuco; Acervo em microfilme da Coordenação-Geral de Estudos da História Brasileira Rodrigo Melo Franco de Andrade (CEHIBRA— Fundação Joaquim Nabuco.

—Em Minas Gerais: Acervo da Gerência de Documentação e Informação (GDI) do Instituto de Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG); Acervo Público Mineiro; Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Referências

- S/A (1937). “A PREFEITURA inaugurou uma bella e solida ponte sobre o rio Arrudas”. Em *Revista Bello Horizonte* (s/p). Belo Horizonte, ano 4, n. 77.
- Alvim, R. (1997). *A sedução da cidade: os operários-camponeses e a fábrica dos Lundgren*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial.
- Benet, G. (1995). *Commemorative integrity: monitoring the State of Canada's National Historic Sites*. Disponível em: < http://archive.canada.icomos.org/bulletin/vol4_no3_bennet_e.html>. Acesso em 23/05/2012.
- Bergeron, L. (2001). *Les villages ouvriers comme éléments du patrimoine de l'industrie*. Disponível em: <<http://www.icomos.org/fr/component/content/article/116-english-categories/resources/publications/229-les-villages-ouvriers-comme-elements-du-patrimoine-de-lindustrie>>. Acesso em 21/11/2012.
- Blay, E. A. (1985). *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel.
- Bonduki, N. (2004). *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. 4. ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- Cabral, R.; Harchambois, M.; Lago, A. E.; Lira, F.; Milfont, M.; Piccolo, R.; Pontual, V.; Zancheti, S. (2008). *Metodologia para identificação e autenticação do Patrimônio Cultural. Textos para Discussão – Identificação do Patrimônio Cultural*. Olinda: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada. Disponível em: <<http://www.cec-br.org/cec/br/publicacoes/textos-para-discussao/350-textos-para-discussao-v-27.html>>. Acesso em 21/01/2012.

- Companhia de Tecidos Paulista (1956). *Anuário de Olinda*. Olinda, n. 10, p. 60- 62, dez. 1956.
- Correia, T. de B. C. (2008). "Art déco e indústria-Brasil, décadas de 1930 e 1940". Em *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*. São Paulo, v. 16, n. 2, jul./dez. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-47142008000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 11/06/2011.
- Correia, T. de B. C. (1998). *Pedra: plano e cotidiano operário no Sertão*. Campinas: Papirus.
- Correia, T. de B. C.. (1997). "Moradia e trabalho: o desmonte da cidade empresarial". Em *Anais do Encontro Nacional da ANPUR* (pp. 715-727). Recife, v.1, maio. Disponível em:< <http://www.anpur.org.br/home.htm>>. Acesso em 22/04/2011.
- Correia, T. de B. e Gunn, P. (1996). "O mundo urbano das Casas Pernambucanas: as cidades empresariais de Paulista e Rio Tinto". Em *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo* (pp. 390-403). Rio de Janeiro: PROURB-FAU-UFRJ.
- Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS, 2011). *TICCIH. Principles for the Conservation of Industrial Heritage Sites, Structures, Areas and Landscapes*. Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG, 1998). 100 anos da indústria em Belo Horizonte. Belo Horizonte: FIEMG/SESI.
- Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM, 1978). Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH-RMR). Recife.
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE, 2010). Processo de Tombamento das Chaminés das Fábricas Aurora e Arthur: nº 0404375-5 / 2010. Recife.
- Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE, 2002). Processo de Tombamento Casa Grande e Jardim do Coronel: nº 0017/2002. Recife
- Giroletti, D. (2002). *Fábrica: convento e disciplina*. 2. ed. Brasília: Editora Universitária de Brasília.
- Gontijo, M. M. (2000). *Histórico da fábrica de Marzagão*. Belo Horizonte: FIEMG-SESI/Centro de Memória do Sistema FIEMG. Texto não publicado.
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG, 2007). Planta de Perímetro de Proteção do Tombamento. Escala 1:5000. Base Cartográfica PRODABEL.
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG, 2001). Relatório de Avaliação para o tombamento do Conjunto da Fábrica de Tecidos e Vila Operária de Marzagão em Sabará.
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA/MG, 1984). Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC), 1984. Disponível em: <<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 29 nov. 2012.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2009). *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: 1938-2009*. 5. ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=1356>>. Acesso em 07/10/2011.
- Jokilehto, J. (2007). "Conservation concepts". Em Ashurst, J. (Org.). *Conservation of ruins* (pp. 1-9). Amsterdam: Butterworth- Heinemann.
- Jokilehto, J. (2006). "Considerations on authenticity and integrity in world heritage context". Em *City & Time*, 2 (1): 1. Disponível em: < <http://www.ct.ceci-br.org> >. Acesso em 07/09/2011.
- Kühl, B. M. (2008). *Preservação do patrimônio arquitetônico da industrialização: problemas teóricos de restauro*. São Paulo: Ateliê editorial.

- Lopes, J. S. L. (1988). *A tecelagem de conflitos de classe na cidade das chaminés*. São Paulo: Editora da UNB.
- Lopes, J. S. L. (1978). "Fábrica e Vila Operária: considerações sobre uma forma de servidão burguesa". Em Lopes, J. S. L. (Org.). *Mudança social no Nordeste: a reprodução da subordinação (estudos sobre trabalhadores urbanos)* (pp. 41-63). Rio de Janeiro: Terra e Paz.
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2005). Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention. Disponível em: <<http://whc.unesco.org/archive/opguide77b.pdf>>. Acesso em 27/08/2012.
- Palmer, M. e Neaverson, P. (2001). *Industrial archaeology: principles and practice*. Londres: Routledge.
- Prefeitura da Cidade do Paulista (2008). *Informações Municipais 2008*. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - Diretoria de Planos e Projetos. Paulista.
- Prefeitura da Cidade do Paulista; Fundação de Desenvolvimento do Estado (FIDEM); Governo do Estado de Pernambuco (2003). *Planta Diretora: Paulista*. Paulista. Escala 1: 25.000. 01/04. CD-ROM.
- Rykwert, J. (2004). *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Santos Filho, A. N. (1982). *Paulista entre algumas lembranças*. 2. ed. Paulista.
- SILVEIRA, V. (1926). *Minas Gerais em 1925*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.
- Stein, S. J. (1979). *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil: 1850/1950*. Rio de Janeiro: Ed. Campus Ltda.
- Stovel, H. (2007). "Effective use of authenticity and integrity as world heritage qualifying conditions". Em *City & Time* 2 (3): 3. Disponível em: <<http://www.ceci-br.org/novo/revista/docs2007/CT-2007-71.pdf>>. Acesso em 27/08/2012.
- The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage (TICCIH, 2003). *Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial* (Versão em português). Disponível em: <http://www.ticcih.org/industrial_heritage.htm>. Acesso em 26/08/2010.